

## **Conjugar arquitetura, cultura e comunidade - O conceito de “cidade museu” de Havana: Em direção a uma museologia cidadã?**

Anik MEUNIER<sup>1</sup>

**Resumo:** Nesse texto analisa-se o processo de revitalização de Havana a partir da reconversão do setor da Cidade Velha em uma zona de comércio e serviços públicos culturais, o que será a dinâmica deste processo. A revitalização do bairro histórico da cidade aproximou-se de um processo de recuperação de patrimônio inspirado pelo modelo de “desenvolvimento sustentável” e integração comunitária, chamando a atenção de muitos especialistas internacionais no campo do patrimônio, obtendo prêmios e distinções e tornando-se um modelo internacional de revitalização.

Palavras-chave: Havana, revitalização urbana, patrimônio, desenvolvimento sustentável.

**Abstract:** in this text, we analyze the restoration process of Havana from the conversion of the Old Town sector into a trading and public cultural service zone, which is the essential dynamics quality of this project. The revitalization of Havana’s historic quarter, approached in a perspective of built heritage recovery, inspired by a “sustainable development” model and communitarian integration, called attention of many specialists in the field of heritage, worldwide, and also many heritage award winning experts, at an international standard.

Keywords: Havana, urban revitalization, heritage, sustainable development

Pode-se, com efeito, supor *a priori*, que a exposição do patrimônio de uma cidade terá maior impacto social que a exposição de quadros em uma pequena galeria (Davalon, 1986).

O conselho internacional dos monumentos e dos locais turísticos recomendou em 1982 que o bem cultural constituído pela velha cidade de Havana e seu sistema de fortificações fossem incluídos à Lista do patrimônio mundial, cultural, e natural da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). Havana sempre foi considerada como uma metrópole de grande importância cultural e

---

<sup>1</sup> **Anik Menier** é professora do Departamento de educação e pedagogia e do programa de estudos superiores em museologia da Universidade de Quebec, em Montreal.

econômica onde se misturam estilos arquitetônicos, como o barroco e o neoclássico, em um modelo de planificação urbana capaz de comportar a sua população <sup>2</sup>.

A reconversão da velha cidade em zona de habitação, de comércios e de serviços públicos, notadamente culturais, constitui a característica essencial da dinâmica deste projeto de restauração. A revitalização do Centro histórico de Havana, concebida em uma perspectiva de recuperação do patrimônio edificado e inspirada em um modelo de “desenvolvimento sustentável” e de integração comunitária, atraiu a atenção de vários especialistas mundiais no âmbito do patrimônio e também ganhadores de numerosos prêmios de conservação em nível internacional.

Desse modo, os esforços feitos pelo governo cubano e pela comunidade internacional permitiram ao Centro histórico de Havana reagrupar, em uma perspectiva cultural, os equipamentos de caráter museológico. Encontram-se duas dezenas de museus, residências históricas, museus arqueológicos, museus-escolas<sup>3</sup> e, mais recentemente, ecomuseus. A valorização do patrimônio arquitetônico e a interpretação do quadro histórico constituem o fio condutor do conjunto do projeto de revitalização do bairro da Velha Havana.

Mas a reconversão da velha cidade de Havana não se limita nem a exploração comercial de lugares turísticos nem a oferta de serviços públicos, ela propõe construir uma zona de confluência de ofertas culturais (Caregari, 2007). Para assegurar uma integração harmoniosa do conjunto da população a esta iniciativa sociocultural de valorizar o patrimônio, a Oficina do Historiador da cidade de Havana e o Grupo do patrimônio desenvolveram e instauraram diferentes programas de educação popular. Estes programas propõem aos cidadãos a participação ativa, visando, primeiramente, informá-los quanto à natureza e à envergadura do trabalho feito pelos especialistas em patrimônio, para em seguida suscitar a tomada de consciência e engajar a ação. A

---

<sup>2</sup> Segundo os critérios dos lugares patrimoniais da UNESCO, a recomendação de incluir esta cidade à sua lista se fundamenta sobre as categorias (iv) e (v), que dão conta não somente das riquezas arquitetônicas das cidades, mas do caráter exemplar de integração humana tradicional, da integração das culturas e da interação humana com o ambiente, especialmente quando ele se tornou vulnerável sob impacto de uma mutação irreversível (mesmo dos efeitos nefastos do mar sobre a cidade de Havana) (<http://whc.unesco.org/fr/list/204>)

<sup>3</sup> As classes- museus tem origem em um problema relativamente simples de resolver: a necessidade de realocar os grupos de alunos durante a restauração do patrimônio “edificado”, inclusive as escolas. Em resposta a esta situação, a proposta considera remanejar os professores e seus alunos realocando suas classes em lugares culturais (museus, catedrais, lugares históricos) para prosseguirem o ensino como proposto pelos programas de estudo em vigor em Cuba. Essa iniciativa, que data de uma década, nasceu da problemática de restauração dos prédios que necessitam de evacuação temporária dos cidadãos durante a duração dos trabalhos.

tomada dos programas socioculturais no interior do projeto de restauração da Velha Havana constitui um dos eixos fortes da valorização do patrimônio arquitetônico edificado. Assim, a população responde de maneira favorável e participa ativamente do projeto e dos principais programas socioculturais propostos<sup>4</sup>.

Numerosos arquitetos, incluindo Jean Nouvel em sua passagem por Havana em 2006, onde recebeu um doutorado *honoris causa* do Instituto superior das artes de Cuba, qualificam Havana como “Cidade Museu” ou “Museu a céu aberto”. O arquiteto francês declarou que percebia, em trabalhos de restauração realizados em um bairro da Velha Havana, uma força de análise e um espírito de precisão que não deixam nada ao acaso. Além dos aspectos físicos ligados aos diversos trabalhos de restauração e da instauração de canteiros de obra, mesmo o amador que perambula no coração desse bairro de Havana não pode ignorar o projeto magistral do patrimônio edificado que se desenvolve atualmente<sup>5</sup>. Observando os movimentos da cidade, constata-se que há uma real e generalizada mudança por parte da população local. Essa realidade é certamente atribuída ao projeto de reabilitação dos alojamentos populares, que são objeto de um esforço global de requalificação de um tecido urbano antigo, particularmente denso, para que ele possa ser reproduzido técnica, financeira e institucionalmente<sup>6</sup>. É certamente por integrar os cidadãos a cada uma das etapas do projeto que o exemplo de Havana é original. Projeto esse que se articula em torno de três eixos: o primeiro consiste em desenvolver práticas participativas, associando os habitantes à concepção, à programação, à realização e à avaliação das ações empreendidas; o segundo visa contribuir na reabilitação das habitações através de processos globais de requalificação urbana nos setores julgados estratégicos e o terceiro se propõe a reabilitar as habitações aplicando como princípio a realização da manutenção sem desalojar as pessoas que nelas residem<sup>7</sup>. Quando Jean Nouvel evocava que nada era deixado ao acaso, ele certamente se referia à análise da trama urbana e dos planos de instalação. Mas é preciso também considerar, neste vasto

---

<sup>4</sup> A este respeito, os principais programas socioculturais propostos são reagrupados sob quatro grandes partes: programas para as crianças, para os idosos, culturais e circuitos patrimoniais: rotas e percursos (Rutas e Andares), e são muito frequentes para a comunidade em geral.

<sup>5</sup> No bairro histórico da Velha Havana, os canteiros de obras são numerosos e podem apresentar múltiplas obstruções, tais como a presença de materiais: blocos de pedras, metais, tábuas; a assiduidade do trabalho dos operários; o acesso liberado a certas ruas; o prejuízo sonoro causado pelas ferramentas e outros.

<sup>6</sup> Fonte: Associação de solidariedade e de cooperação internacional, [<http://WWW.gret.org>].

<sup>7</sup> Se os realojamentos forem necessários se farão de acordo com as famílias atingidas.

projeto, que a população e a comunidade local não são evacuadas durante os serviços de restauração arquitetônica e de revitalização patrimonial. Caso seja preciso que, durante os trabalhos, os habitantes abandonem seus domicílios, isto deve ser apenas provisório e eles devem ser reintegrados ao lugar imediatamente após o término dos trabalhos.

Desde 1993, a Oficina do Historiador da cidade de Havana<sup>8</sup> manifestou-se a favor da permanência da população e de suas identidades no bairro histórico, insistindo na abordagem participativa (Caron, 2000). “E é somente nesta nova dimensão onde se trata de harmonizar o que contém com o seu conteúdo que se pode falar de uma recuperação responsável do patrimônio cultural na sua integridade, ou seja, tanto na sua dimensão física e espacial quanto na sua dimensão humana<sup>9</sup> (Leal Spengler, 2005:1). Em Havana chama-se esse tipo de desenvolvimento de “revitalização integral” dos bairros e ele remete ao que preconiza a Declaração de Amsterdam de 1975<sup>10</sup> em termos de “conservação integrada”.

### **Os princípios da conservação integrada**

Em algumas palavras, a noção de conservação integrada consiste, em articular, no projeto de planificação urbana e de instalação do território, uma restauração dos espaços patrimoniais e em reabilitar bairros antigos sem modificações importantes na composição social dos residentes, de maneira que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada a partir de fundos públicos<sup>11</sup>. Mesmo que a Declaração de Amsterdam, que reuniu 25 países da Europa, tenha confirmado 1975

---

<sup>8</sup> O caso do Centro histórico de Havana desfruta de uma situação particular, já que o Estado Cubano fez um acordo, no começo dos anos 1990, de um privilégio jurídico no Departamento de história de Havana- uma instituição velha de mais de 70 anos e pioneira nos avatares de proteção do patrimônio- confiando a reabilitação do centro histórico de maneira a se autofinanciar. Ele detém então uma grande autonomia na definição das orientações e no desenvolvimento do projeto.

<sup>9</sup> O doutor Eusébio Leal Spengler se tornou uma referencia internacional no que diz respeito aos valores culturais do patrimônio e sua utilização “como fator de desenvolvimento social econômico pela comunidade”. Em 2007, outorga-se à Eusebio Leal Spengler o prêmio internacional Rainha Sofia de Conservação do Patrimônio. “*Este prêmio é uma forma de reconhecimento do trabalho de reabilitação realizado na capital cubana, trabalho que Leal Spengler nomeado como “a História da cidade”, interpretado como um fruto da luta do povo cubano para a preservação da sua identidade, do seu passado, do seu presente e do seu futuro*”. ([<http://WWW.cubainfo.ain.cu/2007/1221reinasofia.htm>])

<sup>10</sup> [[http://WWW.icomos.org/docs/amst\\_fr.html](http://WWW.icomos.org/docs/amst_fr.html)].

<sup>11</sup> A noção e os princípios da conservação integrada foram definidas pela Declaração de Amsterdam, adotada por 25 países europeus em outubro de 1975, durante uma reunião com delegados: ministros, arquitetos, urbanistas, escolhidos locais, funcionários representantes de associações e outros participantes.

como o ano europeu do patrimônio arquitetônico, ela tende a ser adotada em vários países fora do continente europeu. Neste propósito, ela estipula que as medidas administrativas e legislativas que concernem à proteção e à restauração do patrimônio arquitetônico devam ser ampliadas e finalizadas de forma mais eficaz em todos os países. Assim, todo projeto que se anuncia aos moldes dos princípios da conservação integrada engaja notadamente a responsabilidade dos poderes locais, a preocupação dos cidadãos e a consideração dos fatores sociais como prova de sucesso. Nós retificamos aqui dois princípios fundamentais relativos à conservação integrada.

Primeiramente ela constata a responsabilidade dos poderes locais e conclama os cidadãos a participar, o que constitui o primeiro princípio. A continuidade das realidades sociais e físicas existentes no interior das comunidades urbanas e rurais são elementos centrais nos princípios de uma conservação integrada. Assim os responsáveis pelos projetos de restauração e de reconversão de espaços urbanos desenvolvem modalidades de consultas públicas para conhecer a opinião de grupos a respeito dos planos de conservação e a eles prestam conta desde a fase de elaboração do projeto. Lugares de encontros e de consulta popular são regradados e regulados. Nesse contexto, os recursos para as reuniões públicas, exposições, pesquisas de opinião ou para todas as formas de mediação cultural são estratégias colocadas antes da consulta às comunidades. As propostas complementares ou alternativas são consideradas, nessa perspectiva, como uma contribuição à planificação.

O segundo princípio relevante consiste em considerar os fatores sociais que condicionam o sucesso de todo projeto de conservação integrada. Essa acepção pressupõe o ingresso do patrimônio na vida social. Nesse sentido, a conservação patrimonial e, dentre outras, a arquitetônica, não deve ser somente um trabalho de especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. É unicamente nesta condição que a participação dos cidadãos é possível, tanto na definição do projeto quanto na sua apropriação. A apropriação é aqui entendida como a finalidade, mas também a primeira intenção de compromisso dos atores sociais e locais do projeto. Dito de outra forma, desde o começo do projeto, a interação social e política junto aos cidadãos, assegurará sua participação nas diversas dimensões patrimoniais e, dessa forma sua plena apropriação é implícita. Jean-Yves Andrieux, abordando a questão do patrimônio e da cidadania, adianta que todo projeto, relativo à conservação e à preservação patrimonial, não deveria ter como intenção reinventar um mundo “isolado das circunstâncias da vida dos edifícios e da evolução das cidades modernas, mas de reagrupar os atores em projetos colegiados e em torno de uma capacidade de proporções múltiplas” (2006: 248).

Ora, a opinião dos participantes ligados à etapa de definição do projeto patrimonial leva à reflexão a respeito das formas e dos eixos fortes do projeto do Centro histórico de Havana. Há algumas décadas o interesse geral no domínio do patrimônio estava essencialmente centralizado em um eixo: os edifícios emblemáticos aos quais se associava grande importância histórica.

Mais tarde compreendeu-se o valor do conjunto urbano e percebeu-se a relevância das representações mais modestas na constituição do ambiente urbano; todavia, mais recentemente e com uma visão evidentemente mais exata e unificadora, incluiu-se o tema complexo da sociedade onde se mora e que preenche com seus próprios valores esses espaços outrora sacralizados e considerados como monumentos.

Abordar a comunicação do patrimônio em seus diversos usos sociais incita a considerar uma aproximação entre as ideias – e os ideais - aos quais a museologia social e comunitária remete.

### **O patrimônio como noção identitária**

Vejamos primeiramente, e de modo breve, o que a dimensão patrimonial e seu processo cobrem no interior da sociedade. Segundo Leal Spengler.

Toda ação de recuperação deverá ter o ser humano como protagonista, sendo ele considerado como o produtor, o transmissor e o portador de modelos culturais identitários. Na medida em que o desenvolvimento humano de uma localidade, ou de um país, esteja garantido, a preservação do seu patrimônio, no seu sentido mais amplo será iniciada (2005: 1).

Os escritos sobre a noção de patrimônio e de patrimonialização decorrem da participação do público, posto existir o interesse em vincular os grupos sociais ao seu patrimônio. A palavra patrimônio é pouco utilizada nesses trabalhos, ela é antes de tudo substituída pelos termos identidade, cultura, memória. É a função social do patrimônio, a relação do objeto com o sujeito, que se torna central. Cécile Tardy define essa relação “como, de um lado, um processo de identificação entre uma coleção de bens e, de outro, a coletividade que por ela é representada ou colocada em representação<sup>12</sup>. Com essa definição identitária do patrimônio, considerado como um feito simbólico, o processo de patrimonialização é compreendido como um ato de

---

<sup>12</sup>Tardy, Cécile (1999), “*Du patrimoine à la patrimonialisation*” em *Construction patrimoniale d’un territoire: Le cas du parc Livradois- Forez*, tese de doutorado, Saint- Étienne, Universidade Jean-Monnet Saint- Étienne, p. 29-68, citado em Watremez (2006).

construção, de constituição e de transmissão da vida social. Segundo alguns autores, a definição do processo de patrimonialização é entendida como um processo social pelo qual os agentes sociais (ou os atores, se preferirmos) legítimos entendem como recíprocas suas ações, ou seja, interdependentes; a atribuição a um objeto, a um espaço (arquitetônico, urbanista ou paisagista) ou a uma prática social (língua, rito, mito, etc.) um conjunto de propriedades ou de “valores” reconhecidos e compartilhados, primeiramente, pelos agentes legitimados e em seguida transmitidos ao conjunto dos indivíduos através de mecanismos de institucionalização, individuais ou coletivos necessários à preservação, quer dizer, à sua legitimação durável em uma configuração específica ( Amagou, 2004: 25-26).

Nessa ótica, todo o processo de patrimonialização pode considerar e projetar o patrimônio material e imaterial de uma população ou de uma comunidade a fim de lhe permitir reencontrar, redefinir ou edificar sua identidade, refletir sobre seu passado e seu futuro e desenvolver meios de engajar a ação com vistas a manter ou modificar o presente. Assim, a noção de patrimônio é intimamente ligada à construção e à definição da identidade. Trata-se de uma noção sobre a qual se articula a identidade de uma comunidade e que implica no processo de apropriação e de reconhecimento de seus valores coletivos essenciais. De acordo com os diversos modos de apropriação e de reconhecimento, bem como os múltiplos usos sociais, o patrimônio consistirá em um processo de definição, até mesmo de redefinição de valores e da identidade de uma coletividade ou de grupos sociais mais ou menos ampliados e mobilizados.

### **As novas museologias**

A questão patrimonial se ligará à museologia pela entrada do conceito de “novas museologias”, que se distingue das formas de museologias clássicas. Esse conceito privilegia um fundamento comunicativo, e quase sistematicamente, comunitário e social, considerando o público na própria definição do projeto museológico. A análise que segue proporá abordagens que qualificam essas formas de museologia e que consideram a comunidade na definição e na articulação do projeto patrimonial e museológico.

Para bem situar a origem das “novas museologias”, é importante retornar ao final dos anos 1960, período no qual Georges-Henri Rivière inicia uma nova concepção de museologia, considerando mais o homem, a sociedade e seu desenvolvimento do que o objeto no centro das preocupações da disciplina museológica. As “novas museologias” se inscrevem nesse novo paradigma tomando como empréstimo o eixo da museologia da libertação (palavras de Odalice Miranda Priosti) própria para ajudar

às comunidades a encontrarem, nelas mesmas ou em seu exterior, a força e os meios para viver e agir, como sujeitos e atores de seu próprio futuro (De Varine, 2005).

Dito de outra forma é, basicamente, o terreno da aprendizagem, do poder da comunicação através do compromisso da instituição ou da organização do museu, tornado um empreendimento de desenvolvimento global na resolução das questões da sociedade como anunciadas na Declaração de Santiago do Chile em 1972 e na Declaração de Quebec em 1984(Champoux- Paillé, 2007: 140).

As “novas museologias” engajam as instituições de museus e incitam os profissionais a serem agentes de mudanças e a tomar parte, como atores e mediadores, nos grandes debates da sociedade. Elas também se opõem ao neutralismo tradicional - ainda encontrados em museus. Pierre Mayrand (citado por Champoux-Paillé, 2007) acrescenta que os museus, na perspectiva das “novas museologias” se interessam e se posicionam quanto a assuntos como a mundialização, o “desenvolvimento sustentável”, as questões ambientais, a diversidade cultural e a altermundialidade, que constituem hoje os principais campos de interrogação, de experimentação e de ação.

Atualmente pode-se dizer que “as novas museologias” tomam formas diferentes segundo os países e os territórios. Elas constituem essencialmente um movimento de profissionais de museologias que procuram melhor adaptar o museu ao seu tempo e às necessidades das populações no/e para o interesse de todos. (De Varine, 2000).

A legitimidade do museu como lugar de conservação, de pesquisa, de exposição, de educação e de demonstração é muito raramente questionada, todavia, seu papel como ator social não lhe é geralmente admitido.

No entanto, numerosas reflexões quanto à posição do museu e sua influência no interior da sociedade emergiram nos últimos anos. Se nos interessamos pelo museu como ator social, dois pontos de vista essenciais parecem atualmente emergir e são considerados na reflexão. Trata-se da instituição e do público.

Do ponto de vista institucional, pistas de reflexão surgem a fim de melhor delimitar o mandato que o museu, definido como ator social, pode dar: ser ator social exige uma ação que influa sobre a sociedade. As etapas da ação social consistem em sensibilizar, motivar, formar, mobilizar e engajar a ação. Um ator social é um agente significativo em uma sociedade em mudança. Como todas as sociedades se transformam, a questão é: envolver-se, ou não, nas mudanças, participar delas ou de sofrê-las. Desse ponto de vista, o museu-instituição é um indicador das mutações das sociedades passadas, presentes e futuras (Pagé, 2006).

Do ponto de vista do público, as expectativas se articulam em torno de um lugar onde aprender, questionar, refletir e trocar. O museu é agora considerado como um lugar que possibilita ver e compreender, uma ágora onde é possível, aos mais diferentes públicos, tomar a palavra. O museu se torna um espaço onde se propõem pistas para a ação e de onde os cidadãos podem se mobilizar para e pela ação (*Ibid*).

De acordo com este modo de apreensão dificilmente se sai do modelo de comunicação “emissor- receptor” onde os dois principais protagonistas são a instituição, o que ela constrói, gera, difusa, emite e propõe nos discursos, e o visitante, que é o destinatário. No entanto, parece que, para definir realmente o museu como um ator social, a participação do público constitui uma condição *sine qua non* para o projeto museológico desde a sua concepção.

É geralmente admitido e afirmado pela comunidade de profissionais da museologia que o museu é essencial porque é: um lugar de memória e que, para se definir, uma sociedade precisa de sua memória; um lugar de estudo e de compreensão e que a análise é necessária; um lugar de explicação, de educação e de partilha de saber. No entanto, no contexto atual, os museus dificilmente podem evitar o questionamento de seus projetos culturais e devem buscar responder a certas perguntas. Parece que os museus devem se questionar a respeito da memória reprimida das sociedades e sobre assuntos inevitáveis, em razão de seu papel social. Se os museus são lugares de referências, eles devem fazer a ponte entre o conjunto de questões e preocupações cidadãs. Além das disciplinas, do esperado, nós ousamos colocar em pauta os assuntos delicados, mas essenciais? (Coté. 2006).

Para fazê-lo Michel Côté, diretor do Pólo científico de Lyon, França, propõe a análise do discurso dos museus a seu público. Das suas propostas, uma trama de análise emerge para circunscrever o papel social do museu. Trata-se de identificar as formas do discurso da instituição, principalmente em torno de quatro questões: do que falamos, quem fala, a quem falamos e de onde falamos?

1) Do que falamos? O discurso do museu aborda assuntos inevitáveis da atualidade? Se os museus são lugares de referência, eles devem servir de ponte para o conjunto de indagações e preocupações da sociedade.

2) Quem fala? Nos museus são os cientistas, os conservadores e os especialistas que têm a palavra. Em quais condições e sob quais formas ela é disponibilizada para outros discursos (aqueles dos não- especialistas, dos jovens, dos mais velhos, das minorias e outros) e é autorizada?

3) A quem falamos? Ou como falamos? Como o museu se dirige às diferentes categorias de públicos? Uma democratização dos museus é feita tentando se

dirigir a públicos específicos. Essa democratização é notadamente traduzida pelas diferentes políticas de lealdade dos visitantes. Essas questões incitam a definição das formas e das modalidades da mediação e da participação do público. É muito provável que elas terão uma incidência direta sobre a participação nos programas de difusão propostos à população, ou melhor, desenvolvidas em conjunto com ela.

4) De onde falamos? As tecnologias, entre outras coisas, permitiram multiplicar as ocasiões de encontros, de trocas e, às vezes, mesmo de diálogos. Porém a lógica de frequência do lugar cultural intramuros é certamente a ser repensada<sup>13</sup>.

Os museus, pelos seus diversos modos de difusão de saberes, podem se tornar centros de síntese e de referência. Nem sempre para dar respostas, mas para fazer perguntas e talvez fomentar trocas, diálogos e ação (Côté, 2006).

### **As diversas formas da museologia social**

A partir do momento em que essa consciência se desenvolveu e que essas reflexões se engajaram em torno do museu como ator social, a noção que emergiu e que é subjacente se encontra principalmente no que certos autores nomearam como “museologia social”. Esta última, que engloba diversas concepções do projeto museológico, também se encontra entre o que muitos chamaram de as “novas museologias”. A museologia social é um termo genérico para designar a grande família das “novas museologias ativas” que se interessam pelo desenvolvimento das populações em uma perspectiva global, acompanhando a mudança através de métodos inspirados na educação popular autônoma. A museologia social é um conjunto de práticas e também de ferramentas que uma população utiliza para responder, por diferentes processos autogerados e uma abordagem subsidiária, aos problemas aos quais ela deseja trazer as soluções apropriadas.

No coração da museologia social encontram-se também outras noções e correntes ideológicas, como a ecomuseologia que é um termo próprio das novas museologias. “A ecomuseologia é o processo acionado sobre a base da filosofia da ligação” (Mayrand e Kerestedjan, 2004). Ela se caracteriza pela carga coletiva global do território. Em Quebec, segundo Pierre Mayrand e Labella Kerestedjan (2004), a ecomuseologia constitui um esforço sistemático de participação popular nos objetivos de desenvolvimento local. Sua existência repousa sobre o “projeto”, sobre um

---

<sup>13</sup> Pegamos o exemplo do Museu McCord de história canadense em Montreal cuja frequência de visitantes internautas é aproximadamente quatro vezes mais importante na internet do que no próprio museu. Convém, à partir deste exemplo, se questionar sobre as formas de difusão do saber, as lógicas de frequência e de dinâmicas institucionais que esta situação é suscetível de engendrar.

“espírito” e sobre uma filosofia do vínculo do ecomuseu. Em geral, a ecomuseologia toma forma segundo um conjunto de redes no interior de uma comunidade.

Pierre Mayrand (citado por Champoux-Paillé, 2007) salienta que na sua versão mais evoluída, a ecomuseologia confia a gestão do patrimônio global à comunidade territorial organizada em grupos ou em redes. Na França, Hugues De Varine (2000 e 2007) precisa que a ecomuseologia “é primeiramente uma comunidade e um objetivo: o desenvolvimento dessa comunidade. É, em seguida, uma pedagogia global que se apóia sobre um patrimônio e sobre seus atuantes”. Enfim, mais tardiamente (2000), este mesmo autor acrescenta que esses museus ou ecomuseus são todos diferentes uns dos outros, não somente pela natureza do seu patrimônio ou da sua comunidade, mas igualmente pela história do seu processo.

Outra forma de museologia social consiste na museologia popular, que é aquela que finca raízes na educação popular e na consciência da superioridade, dos “savoir-faire”, autodeterminadas, na luta pela criação de melhores condições de vida e igualdade de oportunidades (Mayrand e Kerestdjan, 2004). Nesse projeto museológico, a educação museológica sustenta as intenções pedagógicas de democratização do ensino conduzido por associações com o objetivo de completar o ensino escolar e formar os cidadãos. Nesste sentido, a museologia popular remete diretamente à questão da educação cidadã.

René Binette e Pierre Mayrand (1991) sustentam que a museologia popular se caracteriza, em relação à museologia comunitária, pela diferença assumida entre as classes, por exemplo, abandonando o elitismo ou o proveito das classes não elitizadas e afirmando formas de autogestão, em detrimento de uma autoridade imposta. A museologia popular apregoa um caráter mais assertivo às reivindicações de classes e resolutamente contestado por frequentes questionamentos. Essa abordagem popular evidencia igualmente um lugar ampliado, em razão da presença de não profissionais no interior do processo museológico.

Da família das museologias sociais ao interior das novas museologias ativas, as museologias comunitárias estruturam um lugar para onde convergem preocupações comunitárias utilizando o aparelho museológico (memória, inventário compartilhado, exposição) como uma alavanca de promoção ou desenvolvimento da economia social.

Por seu turno, o museu comunitário que retorna à noção de museologia comunitária, é a expressão de uma comunidade humana que se caracteriza pela partilha de um território, de uma cultura viva, de modos de vida, de atividades e de “savoirs- faire” comuns. Ele é, enfim uma ferramenta dinâmica do desenvolvimento desta comunidade, cujo material principal é o patrimônio em seu sentido mais

amplo(De Varine, 2000). As estratégias que essa ideologia “comunitária” reivindica reúnem-se em torno de atividades culturais e museológicas das pessoas da comunidade desejosas de refletir, através de um esforço democrático, sobre a identidade e sobre os problemas encontrados pela comunidade, à procura de pistas de soluções que conduzam a abordagens museológicas. O museu comunitário é também um museu “cidadão” pelo que veicula e reflete o ponto de vista dos grupos que o animam. Como tal, ele repousa em grande parte sobre o desejo dos cidadãos de argumentar e funciona de modo associativo, encontrando recursos nas estratégias da educação popular para se afirmar.

O consenso nas “novas museologias” considera o museu como uma ferramenta de documento social a serviço de uma população ou de uma comunidade. Esse museu é mantido por essa população e essa comunidade, utilizando o patrimônio e os meios museológicos (segundo as circunstâncias, mais ou menos tradicionais) a serviço da comunidade e dos objetivos que ela estabeleceu para si. Esse museu se constrói também sobre um conhecimento preciso das questões e das forças que atuam contra a solidariedade da comunidade e que contribuem para a desintegração do tecido social em proveito de grandes poderes sociais e econômicos, que geram diversas formas de isolamento dos indivíduos e das comunidades, em uma visão petrificada deles mesmos e de seu ambiente (Leclerc, 2007).

### **Tentativa de definição do museu no contexto de “novas museologias”**

É preciso lembrar que essas evoluções conceituais e essas práticas encontram as reflexões levadas pelo Comité Internacional para a museologia do ICOM, o qual fazia sua a definição globalizante de museu que havia realizado a escola museológica tcheca com Zbynek Z. Stransky (1995) na liderança. “O museu é uma instituição que aplica e realiza o relacionamento específico homem- realidade.”

Numerosos autores entregaram, no passado, várias reflexões sobre o que o museu deveria e não deveria ser. Alguns evocaram a possibilidade do seu desaparecimento<sup>14</sup>. Existem atualmente várias tentativas da parte da ICOM para chegar a um consenso sobre o único termo de “museu”. Um espírito de abertura prudente acompanhou as propostas; um dos debates buscava saber se a coleção seria uma condição sine qua non da existência do museu. Para um grande número de aderentes e de fundadores do Movimento internacional para uma nova museologia (MINOM), a noção de museu permanece um conceito totalmente aberto, à única condição de que

---

<sup>14</sup> German Bazin, escrevendo “Le temps des musées” em 1967, deixava a entender com nostalgia se isto não seria a morte dos museus.

ele se agregue, prioritariamente, à sua missão social em uma perspectiva da museologia ativa. Revisto por De Varine (2005), na definição seguinte, o museu na sua forma institucional, está ao serviço da sociedade. Na verdade, “O museu é uma instituição a serviço da sociedade que ajuda a explorar [a reconhecer] e a entender o mundo pela [a aquisição,] a preservação, a pesquisa, a comunicação [a exposição e a interpretação] do [fundo de conhecimentos que constituem o] patrimônio material e imaterial da humanidade [sobre um território determinado]”.

### **Em direção a uma museologia cidadã?**

A partir dessas definições e dessas reflexões, que propõem uma concepção aberta do museu como instituição cultural, social e comunitária, a museologia cidadã não é, no entanto, um conceito ainda desenvolvido, nem formalizado no interior do movimento das “novas museologias” ou das museologias sociais.

Entretanto, um conjunto de ideias, de práticas e de abordagens museológicas nos leva a propor grandes orientações e também os princípios dessa museologia - que é fortemente ancorada nas diversas ações museológicas atuais. Para tanto, um conjunto de projetos de ações desenvolvidas no interior de certos museus, frequentemente, mas não exclusivamente, de história, de etnografia ou de sociedade, incitam a circunscrição deste conceito.

Na sua acepção social, educativa e popular, a museologia cidadã rende, de maneira ampla, a corrente da museologia social e também da museologia participativa, cooperativa ou engajada. Este paradigma museológico tornou-se há muitas décadas o terreno de aprendizagem pela base, do poder de comunicação pelo engajamento da instituição ou da organização do museu. O museu consiste em uma empresa de desenvolvimento global, na resolução das questões de sociedade. Assim, a inscrição do projeto patrimonial e museológico na trama social da cidade conclamam a definição de uma museologia cidadã fortemente engajada na natureza das instituições, incluindo o museu. Esses princípios fazem referência, em parte, à ação do museu comunitário e social onde a coletividade faz o papel de ator e de multiplicador democrático. A museologia cidadã consiste em diversas formas de apropriação do patrimônio cultural (arquitetônico, material ou imaterial, tangível ou intangível), pelo conjunto (ou grupos) de cidadãos, estando os direitos e os deveres no meio de um esforço que se anuncia de abordagem museológicas (coleção, conservação, exposição, difusão). A cidadania pertence ao Estado. Ela dá ao indivíduo um *status* jurídico, ao qual são atrelados os direitos e os deveres particulares (Canivez, 1995). Entretanto, como a cidadania é um fato ao qual se dá uma significação e que essa significação pode variar de um indivíduo

a outro, o museu, instituição de forte inscrição social, contribui para reunir e reconciliar essas diferentes significações cidadãs. Nós acrescentamos aqui a perspectiva de Aristóteles que considera a república como um Estado administrado pelo conjunto de cidadãos, em vista do interesse comum. Para o filósofo Jean-Jacques Rousseau, a república é o Estado constituído pelo “contrato social”. A ideia principal que sustentamos consiste em o que o contrato social estruturado no interior de uma museologia cidadã visa à manutenção do lugar social no interior da cidade. A cidade como patrimônio, segundo uma abordagem sócio-semiótica, é densa de signos e consiste em um sistema de significações que se pode descobrir notadamente, pelos usos sociais. A cidade, no interior da qual se inscreve a instituição do museu, se abre simbolicamente segundo as numerosas utilizações e discursos públicos e privados que a atravessam, a configuram e dela se apropriam no exercício da cidadania.

### **As dimensões pedagógicas da museologia cidadã**

A multiplicidade das definições evocadas faz valer o interesse pelas fórmulas mistas no interior de critérios reunidos que caracterizam a museologia social. Parece que a definição de uma museologia cidadã implica uma dimensão pedagógica afirmada em uma abordagem cultural de democracia participativa.

No contexto comunitário, a ação é claramente percebida como um meio privilegiado de emancipação e de expressão pela cultura, uma espécie de propaganda da cultura. A ação, como pedagogia e como liberação, se torna também uma forma de expressão das relações que mantemos com o ambiente e os outros. As relações ou os lugares, tais como os evocados por Hugues de Varine (1976), no projeto museológico do ecomuseu, que se define a partir da própria comunidade e cuja instituição é o reflexo. Uma pedagogia que se dirige indistintamente a todos os atores do desenvolvimento consiste em uma pedagogia liberadora, que é a fonte da conscientização como propõe Paulo Freire (1970), a que torna o indivíduo, ou o grupo social, sujeito consciente e não somente objeto de sua vida e de seu futuro. O indivíduo, parte considerada de um grupo, no interior de uma sociedade ou de uma comunidade torna-se ator de toda transformação social, de toda mudança levada pela ação. Dessa forma, a ação conduzida no interior do projeto museológico define o cidadão como agente de transformação social.

A pedagogia da ação é também retomada pelo movimento de educação ambiental, fazendo uso de todos os meios educativos, utilizando diferentes métodos e técnicas pedagógicas. O Conselho das Comunidades europeias elaborou em 5 de maio de 1988, uma proposta relativa à prevenção de prejuízos ao ambiente, através de uma

educação e de uma formação que facilitem a orientação do comportamento dos cidadãos nesse domínio. A conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e o desenvolvimento, que se reuniu no Rio de Janeiro em junho de 1992 se propôs a ser o ápice da Terra e notadamente editou princípios (27) que se constituem em bases para uma ética e uma ação mundiais em prol da preservação do patrimônio planetário. O respeito pelo patrimônio cultural e construído incita os especialistas mundiais, de todas as disciplinas, a se reunirem e a estabelecer uma relação fundamental, segundo a qual toda ação, natural ou humana, produz efeitos e pode ter impactos positivos ou negativos sobre o quadro de vida do homem.

O conjunto das disposições a esse respeito exige, por um lado, a aquisição de conhecimentos nos diferentes domínios e, por outro, a difusão de uma educação do espírito visando inculcar nos indivíduos, nos cidadãos e nos profissionais, os comportamentos respeitosos e responsáveis em defesa do patrimônio natural e do construído - que é o ambiente do homem -, tanto o da vida cotidiana quanto nos momentos de tomada de decisão estratégicas. Essas noções dizem respeito a numerosas partes consideradas como os departamentos e os ministérios da Educação, do Ambiente, da Cultura, da Saúde pública, do Trabalho e de outros, certamente. Além de uma educação ligada aos conhecimentos veiculados pelas disciplinas escolares, a educação ambiental, entendida em sentido amplo, requer conhecimentos ligados a modalidades e a abordagens pedagógicas de ação (organização de classes descobertas, de projetos educativos, de estágios, visitas de lugares culturais e educativos, etc.)<sup>15</sup>.

### **Definir parâmetros para circunscrever a museologia cidadã**

Quais são as configurações na natureza das relações do museu com seus cidadãos e seu processo evolutivo no esforço museológico? Nós propomos aqui uma configuração general das especificidades do processo museológico cidadão<sup>16</sup>.

1. O grau de inserção em uma cidade e na comunidade (relações, redes, laços, administração, participação, pessoal, financiamento, estruturas sociais e políticas).

---

<sup>15</sup> Adaptado de Tissier, 1994, em Philipp Champ e Christiane Étevé, “Dictionnaire de éducation et de la formation, Paris, Edições Nathan.

<sup>16</sup> As propostas destas configurações na natureza das relações do museu com seus cidadãos e seu processo evolutivo nos trâmites museológicos são inspirados e adaptados do documento de reflexão “Les paramètres du musée communautaire”. MINOM/SEMMA/GIS-SMQ, 2-3 mars 1991, Saint- Pierre Baptiste (Quebec).

2. O grau de participação e de contribuição por parte da comunidade (interesse manifestado, perguntas espontâneas a respeito da colaboração, presença ativa das mídias).

3. A evidência das características comunitárias e sociais (contribuição à vida social e ao engajamento; ação cidadã).

4. A correspondência das características gerais do projeto museológico às características da comunidade e das visões cidadãs (visão cidadã e museológicas, modos de comunicação, formas e modalidades de mediações e projeto de exposição).

5. A integração das abordagens e dos métodos em uso nos grupos sociais cuja vocação comunitária e cidadã são reconhecidas (animação cultural e social, educação popular, mediação cultural e patrimonial, interpretação, educação à cidadania).

6. A escolha da museologia (cidadã) como modo de comunicação, de difusão e de aprendizagem (exposição, temática, instalação, organização de um evento, estruturação de um evento, trabalho em grupo).

7. O alcance do nível de qualificação de um ou de mais elementos do processo, percebidos como o resultado de um caminho coletivo e cidadão.

8. O grau de interrogação suscitado pelo processo sobre as questões cidadãs que se situam fora do modo propriamente museológico (relações de trabalho, sistema educativo, dominação tecnocrática, relações hierárquicas, vida democrática).

9. O grau de contribuição para a identificação e à representação das identidades e dos valores individuais e coletivos.

10. O repasse da atividade museológica no campo individual ou coletivo de intervenções no ambiente social da comunidade.

11. O investimento das aprendizagens autônomas em outras esferas de atividades (família, empresa, meio associativo, consulta regional ou local, e outros).

### **Algumas vias de análises reflexivas de uma museologia cidadã**

Como mencionadas anteriormente, as bases de uma museologia cidadã passam inevitavelmente por um engajamento social plural, ou seja, que considere as várias dimensões patrimoniais, sejam políticas, econômicas, físicas, espaciais ou humanas. Pois “a instituição cultural deve ser não somente um lugar que se frequenta, uma atração turística ou cultural, mas deve participar da vida cidadã” (Lefebvre, 2006). Como menciona Leal Spengler.

Nos países que sofrem graves crises econômicas, a única via possível para uma reabilitação consciente do patrimônio cultural será aquela que integrará plenamente

os cidadãos no processo de revitalização. Se o desenvolvimento do turismo ou de outro mecanismo de impulso da economia não é controlado por políticas sociais claras que integrem os residentes, criem empregos e benefícios para a população e consolidem as tradições e os aspectos identitários essenciais, os resultados serão dramáticos (2005:4).

Assim, posto possuir um forte valor simbólico, o centro histórico das cidades constitui um dos espaços urbanos mais atrativos a fim de desenvolver os projetos culturais, mas que se revelam mais frequentemente estritamente turísticos (Leal Spengler, 1999<sup>a</sup> e 1999b). Como o centro das cidades constituiu a cidade inteira durante séculos, ele é frequentemente o ponto de partida de uma reflexão sobre a proteção e a restauração do patrimônio e dos valores que são a ele associados. Dessa forma, em Havana considera-se que devido aos valores culturais elevados que coexistem com uma forte degradação social, esse conflito evidencia um dos dilemas mais importantes e definidores que caracterizam a política cultural de um país no que diz respeito à preservação de valores patrimoniais, pois isso pressupõe a existência de uma encruzilhada: ou opta-se por uma estratégica de integração dos aspectos socioeconômicos, ou segue-se uma via segregacionista e elitista (Leal Spengler, 2005: 3).

Numerosos exemplos de recuperação de centros históricos de cidades na América Latina são desastrosos desse ponto de vista quando o destaque não é colocado sobre a dimensão social. Ao contrário do exemplo de Havana, a conservação dos centros históricos é geralmente fruto de esforços isolados, de pessoas ou de municipalidades conscientes, mas isso ocorre quase sempre em lugares onde a população nativa, quase sempre pobre, permanece em condições de precariedade ou de sobrevida (*Ibid*, : 3).

Mas, como a dimensão social ou cidadã teve e continua a ter uma importância fundamental no projeto de restauração do Centro histórico da Velha Havana, ele segue uma real apropriação patrimonial por parte da população. Ainda, na sua reestruturação, o centro histórico é o espaço de novas manifestações artísticas de teatro e de dança nas ruas, de música clássica, coral e antiga; é onde acontecem festivais de habaneras, boleros e outros tipos de músicas populares. Pode-se afirmar que a Velha Havana se torna pouco a pouco o espaço público das manifestações culturais mais variadas, e os cidadãos as incorporam no seu cotidiano (*Id*.4).

Assim como a cidade de Havana (precisamente seu centro histórico), a cidade de Quebec (distrito histórico do Velho Quebec) obteve, em 1985, o reconhecimento da UNESCO. A criação do Museu da civilização de Quebec não é certamente estranha a esse movimento de reconhecimento do patrimônio mundial. Desta forma, a

pertinência e a qualidade da integração do Museu da civilização à trama urbana do bairro histórico participam evidentemente, não somente na evolução arquitetônica do Velho Quebec, mas revitalizam igualmente a essência da dimensão econômica e turística desse bairro definindo formas renovadas de turismo cultural. Assim, sensível ao seu ambiente físico e humano, o Museu da civilização é o exemplo de uma profunda integração no tecido cultural, social e econômico do meio ao qual ele pertence. Pela criação dessas pontes e sua integração no interior da comunidade, o museu contribui para que a dimensão cultural se entrelace estreitamente à cidade e aos cidadãos. É sugerido que se pratique uma museologia cidadã no interior dessa instituição de museu:

Explorar a aventura humana no seu sentido mais amplo, reservar um lugar para a análise de fenômenos sociais, é o que guia o Museu [da civilização de Quebec] na elaboração da sua programação. Assumindo plenamente seu papel de ator na sociedade, um Museu como o nosso pratica uma museologia cidadã, se dirige aos visitantes – em particular os da jovem geração - desejosos de melhor compreender o mundo no qual vivem, de fazer com que eles se sintam mais prestigiados, que eles se questionem, se expressem sobre o futuro da sua coletividade e, por que não, da humanidade<sup>17</sup>.

Nessa perspectiva, o acesso ao saber é fundamental na participação dos cidadãos na vida democrática, já que é essencial entender para que se possa engajar uma ação. Aqui está toda a ideologia de Paulo Freire (1970) que é retomado quanto à emancipação e à libertação pela educação. O museu, considerado como um ator social, permite a redefinição de suas finalidades que, outrora, se centravam exclusivamente sobre o objeto, tanto da perspectiva da coleção e da conservação quanto da perspectiva da difusão. Mas, as novas formas e definições da museologia viabilizam uma nova possibilidade de relação com o museu, com o seu meio, levando em conta as diversas dimensões humanas e o homem em relação à sociedade. Estaríamos no coração da definição de uma nova forma de museologia, uma museologia que se desenvolve no interior da vida de uma cidade e que convida os cidadãos à participação e ao engajamento na vida social? Enfim, terminamos estas reflexões e análises salientando a necessidade de que, no centro das questões de todo projeto museológico e da mediação patrimonial, se encontrem o acesso ao saber, a democratização da cultura e o exercício da cidadania.

---

<sup>17</sup> Declaração de Claire Simard, diretora geral durante a inauguração da exposição Vox Populi, uma exposição- reflexão sobre a democracia, Museu da civilização de Quebec.

## Referências

AMOUGOU, Emmanuel. Les Sciences sociales et la question patrimoniale In: AMOUGOU, Emmanuel (dir.), **La Question patrimoniale : De la « patrimonialisation » à l'examen des situations concrètes**, Paris, l'Harmattan, 2004, p. 7-18.

ANDRIEUX, Jean-Yves. Le patrimoine et la mutation des identités à l'âge des mondialisations en Europe In: DROUIN, Martin (dir.), **Patrimoine et patrimonialisation du Québec et d'ailleurs**, Montréal, MultiMondes, 2006, p. 231-248.

BAZIN, Germain. **Le temps des musées**, Liège, Bruxelles, Éditions Desoer, 1976.

BINETTE, René; MAYRAND, Pierre. Les écomusées au Québec : Réflexions et témoignages , **Musées / Le dynamisme d'une communauté**, vol. 13, n° 4, 1991, p. 18-21.

CANIVEZ, Patrice. **Éduquer le citoyen?** Paris, Hatier, 1995.

CAREGARI, Louise. Renovations révolutionnaires , **WOXX**, 23 novembro 2007, n° 929, News 3, [<http://habana.skynetblogs.be/>], consultado em 17 de dezembro de 2007.

CARON, Alain. La restauration de la vieille Havane et l'identité cubaine In: Lucie K. Morisset, Luc Noppen e Denis Saint-Jacques (dir.), **Ville imaginaire, ville identitaire**, Québec, Éditions Nota bene, 2000.

CHAMPOUX-PAILLÉ, Louise. Pierre Mayrand: révolutionnaire impénitent, **Muséologies**, vol. 2, n° 3, 2007, p. 138-145.

CHAMPY, Philippe; ÉTÉVÉ, Christiane, **Dictionnaire de l'éducation et de la formation**, Paris, Éditions Nathan.

Côté, Michel. **Le rôle social du musée – éléments de réflexion**, Direction Pôle scientifique, Lyon, France, 2006, p. 25-27.

DAVALLON, Jean. Avant-propos et Le geste de mise en exposition In: DAVALLON, Jean (dir.), **Claquemurer pour ainsi dire tout l'univers**, Paris, Centre George Pompidou, 1986, p. 7-16 e 241-279.

DE VARINE, Hugues. **La culture des autres**, Paris, Seuil, 1976.

DE VARINE, Hugues . La place du musée communautaire dans les stratégies de développement, **Deuxième Rencontre internationale des Écomusées**, Santa-Cruz, Rio de Janeiro, 17-20 mai 2000, ICOFOM (Comité Internacional para a museologia).

DE VARINE, Hugues. La décolonisation de la muséologie, **Les nouvelles de l'ICOM, Éthique et patrimoine**, n° 3, 2005, p. 3.

DE VARINE, Hugues. **Les racines du futur : le patrimoine au service du développement local**, Lusigny-sur-Ouche, Éditions ASDIC, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogy of the Oppressed**, New York, Continuum, 1970.

LEAL SPENGLER, Eusebio. **Para no olvidar, Libro primero: testimonio gráfico de la restauración del centro histórico de la ciudad de La Habana**, Ediciones Bolona, Publicaciones de la Oficina del Historiador de la ciudad de La Habana, 1999<sup>a</sup>.

LEAL SPENGLER, Eusebio, **Para no olvidar, Libro segundo: testimonio gráfico de la restauración del centro histórico de la ciudad de La Habana**, Ediciones Bolona, Publicaciones de la Oficina del Historiador de la ciudad de La Habana, 1999b.

LEAL SPENGLER, Eusebio. Patrimoine tangible et intangible : deux approches, un même défi, **Huitième colloque mondial de l'Organisation des villes et du patrimoine mondial**, Cusco, Pérou, 2005.

LECLERC, Jean-François. Impressions de voyage : la nouvelle muséologie, du Portugal au Québec, **Muséologies**, vol. 2, n° 3, 2007, p. 147-155.

LEFEBVRE, Yves. Culture et développement territorial , **Direct 94**, Conferência proferida pelo Conselheiro cultural da delegação do Quebec na França, documento não publicado, 2006.

MAYRAND, Pierre; KERESTEDJAN, Labella. Haute-Beauce, Psychologie d'un écomusée-précis, **Cadernos de Sociomuseologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia**, Lisbonne, Universidade Lusofona de Humanidades e Tecnologias, 2004.

PAGÉ, Hélène (2006), **Le musée comme acteur social**, Direção do Serviço de ação cultural, Museu da civilização, documento não publicado, p.1-2.

STRANSKY, Zbynek Z. **Muséologie. Introduction aux études**, Brno, Université Masaryk, 1995.

WATREMEZ, Anne . Le patrimoine d'Avignon à travers les discours sur la ville : des représentations différenciées In: DROUIN, Martin (dir.), **Patrimoine et patrimonialisation du Québec et d'ailleurs**, Québec, MultiMondes, 2006, p. 217-230.